

# O sentido clínico da história

## Thiago P. Majolo

Resumo A partir de uma análise sobre a noção de tempo histórico na construção metapsicológica freudiana, este artigo investiga o sentido clínico do conceito de história e de tempo histórico, refletido na contemporaneidade, sob a problemática da dissolução das narrativas e da fragmentação do tempo no cotidiano, e seus efeitos sobre os sujeitos.

Palavras-chave Freud; tempo; história; tempo histórico; clínica, narrativa.

Thiago P. Majolo é psicanalista e mestre em História Social pela USP, membro do Grupo Acesso: estudos, intervenções e pesquisa sobre adoção da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae; membro da comissão de Debates da Revista *Percurso*.

*Se o conseguir, terei demonstrado que o tempo histórico  
não é apenas uma palavra sem conteúdo,  
mas também uma grandeza que se modifica com a história,  
e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação  
variável entre experiência e expectativa*

Reinhart Koselleck. Espaço de experiência e horizonte de expectativa, *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*

## Mestra da vida

É possível que a Psicanálise seja um dos poucos terrenos do conhecimento que ainda mantenha estreitos laços com a ideia de história como mestra da vida. Concepção muito desusada da história enquanto luz do passado capaz de iluminar o presente e guiar as ações futuras, a *Historia magistra vitae*, como nos ensinou o historiador Reinhart Koselleck<sup>7</sup>, perdeu forças ao adentrarmos na Modernidade, momento em que o mundo se desdobrou em acontecimentos tão novos e diversos daqueles antes conhecidos que descobrimos que o passado não era mais nosso aliado, e sim um estranho cada vez mais distante, quase inconcebível, uma realidade que já não ecoava no mundo, tendo igualmente perdido sua capacidade de oráculo<sup>8</sup>. O passado, emudecido, não podia mais dar exemplos e lições. À sua maneira, a Psicanálise negou isso. O sujeito psicanalítico prossegue como uma construção que ainda, em termos, mantém a história como mestra da vida.

Dita dessa forma apressada, a afirmação é um tanto superficial e merece aprofundamento.

O *tempo histórico* para o sujeito psicanalítico é muito mais complexo do que essa estratificação retilínea e cronologicamente bem sedimentada entre passado, presente e futuro que a *Historia Magistra Vitae* apregoa, fazendo dos tempos antigos uma luz para os vindouros. Desde os primeiros escritos, Freud pôs em xeque toda uma concepção de *verdade histórica* simplesmente por nos supor duplos, divididos

entre demandas conflituosas. Compôs um belo retrato do que entendia por *realidade psíquica* em *Lembranças encobridoras*<sup>9</sup>, texto que, por si só, constrói uma tese sobre o *tempo* histórico do sujeito psicanalítico: um tempo sobredeterminado por múltiplas temporalidades concomitantes, em que a própria aceção de história individual, e de certa forma também coletiva, compõe-se pelo rearranjo constante das inscrições mnêmicas e pelas neogêneses psíquicas. Nessa altura da obra, pautada ainda pelo que vamos entender mais tarde como primeira tópica, percebemos que o sujeito freudiano, para se tornar um *sujeito histórico* no sentido político da palavra – o de ter voz e intencionalidade sobre sua experiência –, teria que se haver com seus sistemas de defesa, tomar pé da sua verdade singular e fazer escolhas. Daí nasce uma concepção de sujeito histórico bastante inovadora e libertária, uma vez que procura desamararrar o sujeito de uma alienação que o atravessa desde o âmago do inconsciente, irrompendo em sintomas que o retardam ou paralisam não somente em sua esfera íntima, mas também na vida pública. Se por um lado é justa a crítica de que a Psicanálise nasce de uma concepção burguesa de mundo e pode perpetuá-la na sua prática, por outro, ao conceber um sujeito capaz de se haver com suas múltiplas temporalidades, capaz de agir perante elas, Freud cria um instrumento de possível resistência, rebeldia e transgressão frente quaisquer que sejam os ideais dominantes e acachapantes. A *verdade histórica* se torna uma soma de verdades singulares, o que coloca o sujeito sob sua responsabilidade de ação.

Bem mais tarde no curso da obra, em *O bloco mágico*<sup>10</sup>, ao voltar a se interrogar sobre o processo de inscrição mnêmica, Freud torna mais complexas as concepções de *história* e *tempo histórico*. Lançando uma hipótese sobre o que seria para um sujeito a passagem do tempo, constrói a noção de *temporalidade subjetiva*. A percepção individual da passagem do tempo dependeria da ativação do sistema perceptivo pelo *teste de realidade*, mecanismo interno que funciona como uma espécie de fiador da realidade psíquica, reiterando a validade da existência de seus objetos internos. Ao ser ativado o sistema perceptivo, ativam-se também as inscrições, o que lembra o sujeito que o tempo passou, e que outra vez aquele objeto o reencontra. É nesse *lugar* de reencontro que se funda a memória.

Assim, a memória freudiana tem um estatuto mais de *lugar* do que de tempo. É uma cena que se monta e remonta com personagens e objetos de tempos variados. Ainda que Freud se preocupe sempre em reiterar a existência de um tempo passado capaz de ser revelado, tal qual seus adorados artefatos arqueológicos revelados debaixo da poeira dos séculos, o que concebe como memória é um *lugar* constituído pela trança engenhosa da produção de instâncias e mecanismos psíquicos diversos, sempre em movimento. É o *lugar* no qual o sujeito opera sua *temporalidade subjetiva*, apropriando-se de seu tempo singular, de sua própria verdade histórica.

O *tempo histórico* freudiano, e que abarca ainda grande parte do que entendemos pelo *tempo histórico psicanalítico*, contém a ideia de tempo enquanto *distensão* do psiquismo. Ele opera apenas em transferência, analítica ou não, momento em que o psiquismo lança seus tentáculos impulsionados pelo afeto e carregados de imagens e sensações, pondo o sujeito a se a ver com sua *história* frente às demandas alheias. Aproxima-se de Santo Agostinho, que em *Confissões*<sup>11</sup> concebe uma terminologia do tempo, definindo o que chamamos de “passado” como o “presente das coisas passadas”, e o tempo, como o movimento da alma em direção ao mundo.

A memória freudiana é operada pelo esquecimento: esquecemos o objeto sentido extrínseca ou intrinsecamente para criar seu representante. Onde não há esquecimento, o objeto permanece atuante, irrepresentado, movendo o sensório-corpóreo e não os afetos, incapaz de conduzir o comércio associativo e apartado desse *lugar* de memória, que move o psiquismo. Para Freud, não há memória de corpo, ainda que haja o saber corpóreo, manifesto pelos efeitos da pulsão de morte, movimento que nega, principalmente, a segunda natureza humana, a da cultura.

A criação do *tempo histórico psicanalítico* é uma das tarefas do aparelho psíquico, e só existe onde e quando o psiquismo opera a transferência. Nos territórios e momentos em que o movimento extático da pulsão de morte predomina, não há passagem do tempo, há a ilusão do infinito, como nas *músicas do tempo infinito* de Tales Ab'Saber<sup>12</sup>; é um fruir a-histórico, movido apenas pela estaca da batida constante como a da música eletrônica das raves, em que se convulsiona uma repetição compulsiva, capaz de mover o corpóreo-sensório, mas não os afetos. A metáfora oposta, de uma repetição que ganha sentidos e significados pelo artifício sutil e delicado da repetição diferencial, é a dos mantras e do badalar dos sinos meditativos, em que cada repique deixa de ser o som de um instrumento para se tornar os sons do sujeito, para dentro dos quais ele se lança com toda sua verdade subjetiva, corroendo o significado único daquela repetição monótona para preenchê-la com todos os seus próprios significados.

Muitos dos instrumentos mais arcaicos ou rústicos, como a cítara e a viola caipira, por exemplo, trabalham em demasia com essa noção de um som que se repete ou que se estende continuamente, mantricamente, enquanto a melodia vai se construindo por cima dele. Essa nota mântica não se sobrepõe às demais, mas cria uma espécie de chão e de ímã sem o qual a melodia não poderia ser criada. É como um suporte, um *lugar* que dialoga com o tempo melódico/matemático da música, assim como uma lousa dialoga com o giz.

É nesse *lugar* memorial, guardião do que retemos por sensações próprias ou alheias compartilhadas, ao mesmo tempo vazio e universal, capaz de absorver a *distensão* do psiquismo em movimento, que o sujeito psicanalítico é capaz de compor seu *tempo histórico*. Se por um lado o chão atemporal do Inconsciente, criado a partir da divisão da tópica e do sustento do recalque primário, confere ao sujeito um sentimento oceânico, de eternidade sem *tempo histórico*, os sistemas Pré-Consciente e Consciente, assim como o Perceptivo, além de certos funcionamentos narcísicos dão ao sujeito notícias do *tempo histórico*, da dialética entre o que passou e o que virá, diálogo constante e pendular, que move as inscrições subjetivas e nos aterra. O movimento subjetivo, entre eternidade e história, caminha como um menino que, sobre o lago profundo, pula de pedra em pedra de uma margem à outra.

E é deste *tempo histórico psicanalítico* que se apropria o sujeito no tratamento: seu vivido e suas intenções, seus *espaços de experiências* e seus *horizontes de expectativas*<sup>13</sup>, segundo os conceitos de Koselleck. Assim, de certa forma, a história é mestra da vida. Ainda que não na concepção ingênua em que o passado ensina e guia o caminho futuro como um farol, mas no sentido de que os projetos de cada um estão em estreita relação com suas experiências; não há um rompimento absoluto com o vivido, tal como descreve Tocqueville sobre experiência histórica da Modernidade: “Eu percorro os séculos até a mais remota Antiguidade; não percebo nada que pareça ao que há sob meus olhos. Se o passado não ilumina o futuro, o espírito marcha nas trevas”<sup>14</sup>. A Psicanálise fia seu projeto de ética clínica numa concepção de *tempo histórico* em que o sujeito possa (re)encontrar alguns significados. O mundo não é mero acaso e a exasperação do eterno novo. Se é dado ao sujeito a possibilidade que revolucionar seus signos, para usar a bela imagem de Octavio Paz<sup>15</sup>, é preciso que antes ele possa reconhecer tais signos comuns à coletividade e a si mesmo.

## Responsabilidades

Todo sujeito histórico é responsável pelos seus atos. Seria, *grosso modo*, essa a definição de ter

---

pertencimento histórico. Há um antigo ditado citado por Yeats no começo de seu livro *Responsabilities*<sup>16</sup> que diz que a responsabilidade começa nos sonhos.

Freud descobriu que somos responsáveis também pelos sonhos que não controlamos, pelo mundo onírico, modelo de funcionamento de grande parte das manifestações psíquicas: os atos falhos, os chistes, os sintomas etc. Somos responsáveis pelo que nos revela aquele estrangeiro que nos habita, convidando-nos a nos ocupar de um problema maior que o mero presente extático: devemos nos ocupar também de uma *temporalidade anacrônica* com a qual convivemos e que, não obstante ter ficado cronologicamente no passado, ainda nos age; um passado que ainda não passou<sup>17</sup>. Somos, assim, interrogados sobre como temos atuado no nosso percurso, no nosso *tempo histórico*.

Qualquer “sonhar”, nesse sentido das soluções do tecido psíquico, conta-nos sobre como organizamos nossas narrativas, nossas respostas diante dos mistérios do mundo. Desde sempre as narrativas, as histórias que contamos, tiveram este papel: o de reorganizar o mundo quando o conhecimento estritamente prático não dá conta de resolver a questão. Por isso, as narrativas carregam um sentido moral, porque procuravam domar o que era selvagem ao homem; procuram aculturar as forças maiores que se sobrepõem ao conhecimento.

As *temporalidades anacrônicas* que nos agem, deixando-nos em desacordo com grande parte do mundo e conosco, tendem a corroer lentamente o poder das narrativas que engendram, tornando-as frouxas frente a quaisquer mistérios, ou seja, tirando-lhes o poder de responder e de criar sentido. Nenhuma narrativa sobrevive sem ser renovada. Aos poucos, suas forças diminuem frente ao seu propósito e, com elas, o sujeito cai no silêncio. Silêncio esse que se representa na fala sintomática, onde o verbo perde a capacidade de ação, padecendo de uma espécie de porosidade que lhe deixa ralo e fraco. É uma fala que não diz sobre o “presente das coisas passadas”, mas somente a um *passado das coisas passadas*, figura jamais sequer imaginada por Santo Agostinho. Ainda mais terrível que a prisão do anacronismo, o sujeito, junto com suas narrativas, fica preso a uma eternidade alienada à passagem do tempo, fluxo de significantes sem lastro de significância.

É inegável o que já se disse sobre a pulverização das narrativas na pós-modernidade, mas isso não faz com que tenhamos que trabalhar apenas sob a poeira. Se por um lado a Psicanálise corre o risco de comprar um discurso fatalista sobre a falência do sujeito e, assim, patologizar as novas possibilidades do ser e do existir mais fragmentárias e virtuais e menos dadas às narrativas, como se estivesse trabalhando anacronicamente tal qual um navegante do século XXI que ainda manejasse um astrolábio, por outro é bem capaz de que, por vezes, em alto mar, o único instrumento a que tenhamos acesso seja um antigo astrolábio, essa fantástica invenção matemática-filosófica que guiou sonhos e projetos de indivíduos e nações durante séculos, e que ainda funciona perfeitamente, seja em turbulência ou em calmaria. Vale lembrar que o astrolábio (vejam só!) requer dois marinheiros para que seja manejado.

Tenho ouvido de colegas o desespero frente aos sujeitos da dita clínica atual, que põem em questão todo o campo nosográfico das neuroses e, junto com ele, todo um conhecimento adquirido. Minha própria clínica também é interrogada nesse sentido e compactua com a ideia de que a Psicanálise só existe se movimentada pela clínica e, portanto, pelos sujeitos que encontramos nos consultórios. A clínica prossegue, como sempre, como força de tração do carro ou da carroça metapsicológica. Se o que encontramos são sujeitos imersos nesse *mundo líquido*<sup>18</sup> da pós-narrativa, das incertezas absolutas, é sobre eles que a clínica e a teoria precisam se flexionar. Porém, também movido pela clínica, desconfio que possamos tender à normatização de parte do fazer psicanalítico quando, vencidos e adequados às pressões sociais e de mercado que abrangem e configuram um campo cultural e social pulverizado, não criamos um lugar de

resistência a isso, um *sítio do estrangeiro*<sup>19</sup> àquilo que já é conhecido no cotidiano. Caso contrário, incorremos no risco de tomar o sujeito apenas pelo sintoma e não o sintoma como também movimento de resistência à padronização e à anulação das diferenças, e que denuncia, no sujeito, que há algo de “podre no reino da Dinamarca”. Lembro uma fábula de Esopo sobre os rios e o mar. Os rios, em revolta, promovem uma convenção e vão reclamar ao mar que, diariamente, correm até ele com suas águas puríssimas e potáveis e acabam desaguando no abismo azul, salgado e impuro. O mar então responde a eles: “Ora, não venham e não fiquem salobres”.

O *tempo histórico* é um questionamento dialético que o sujeito faz a si mesmo segundo suas experiências e expectativas. A falência das narrativas individuais e também das coletivas desloca todo o movimento de expectativa subjetiva, pautada na experiência, à pura angústia sem expressão e ao posterior regresso a uma temporalidade anacrônica, na busca por uma espécie de falsa mitologia nomeadora. Na falta de narrativas que organizem o mundo, o sujeito se perde em ritos sem lastro, às compulsões sem história, aos transtornos, ao apego ao passado das coisas passadas, de forma nostalgicamente patológica, e que servem apenas a um mercado que se apropria desse interstício subjetivo com suas traquitanas, como, por exemplo, as da moda *retrô*.

### Performance e narrativas

Desde Walter Benjamin que sabemos que as narrativas estão a perigo<sup>20</sup>. A fragmentação do espaço-tempo, a liquidez das relações, a busca pela normatização social dentre outros fenômenos já nem tão atuais assim, mas ainda contemporâneos, têm desalojado as narrativas do nosso cotidiano, ecoando também na clínica. A narrativa ao qual me refiro é aquela espécie de *performance* em que o narrador transporta seu psiquismo, gerando empatia, intercambiando experiências e convocando o outro a se inserir no que lhe é narrado<sup>21</sup>. Uma narrativa pode ter o sentido usual, de história narrada. Ou pode ser a mãe que embala o bebê; uma música que nos evoca a emoção; às vezes apenas o toque de um telefone cortando a madrugada; um velho truque de mágica que ainda nos ilude; a inscrição de uma lápide que nos transporta à vida do morto, e tudo aquilo que preenche o cotidiano a cada vez que uma mínima coisa nos interroga, inquieta, espanta, qualquer coisa que apreendemos imediatamente e que coloca a trabalhar nossa inserção no tempo, produzindo histórias com as quais tentamos explicar o que se passa. As tradições, especialmente a oral, mas também a escrita, convocam a reanimação das narrativas e dos signos comuns que, antes de nós, tentavam dar significação às mesmas perguntas que ainda nos fazemos. T.S. Eliot dizia que um escritor era aquele que se diluía na cadeia de uma tradição, borrando seus traços singulares com os coletivos, construídos há tempos<sup>22</sup>. As narrativas reanimam significados comuns para o coletivo tanto quanto animam o indivíduo, pois o lançam na coletividade. É o narrador que aviva a tradição e seu significado na mesma medida em que o desloca subjetivamente, revolucionando os significantes.

A grande mentira da tal liberdade e democracia virtual e seu acesso à multiplicidade de vozes é seu convite a que todos opinem, sobre tudo, sob uma ótica estritamente individual, motivados pelo falso pretexto de que uma opinião é garantia de acesso ao processo histórico. Os espaços irrestritos – e muitas vezes anônimos – ao discurso meramente opinativo, ainda que tenham sua importância e legitimidade, mascaram uma desmobilização coletiva e, em consequência, do sujeito. A guerra deliberada das opiniões,

que transporta os sujeitos a um campo de batalha no qual ninguém vencerá, cria um maniqueísmo contínuo e sem solução. Sob a impossibilidade de se criar signos comuns, arduamente negociados nos espaços de ricos debates e conflitos inerentes às narrativas coletivas, o sujeito sente desqualificadas também as possibilidades de acesso ao tempo histórico subjetivo de cada um. Não há sujeito sem coletividade, e vice-versa. Atualmente, espera-se que todos, solitariamente, apenas opinem; e que, dentre as muitas opiniões, percam-se no vazio de uma multiplicidade amorfa, multiplicando um verdadeiro silêncio. O adjetivo, característica maior do discurso opinativo, mata a metáfora e a história, corrói a poesia; a opinião é o punhal da narrativa. A opinião, quando livre de contexto, é uma bússola solta ao chão: falta a mão que a segure e saiba para que raios serve apontar ao norte.

A narrativa é o meio pelo qual o sujeito se insere na tradição. Dilui-se um Eu absolutista do narcisismo primário, que se crê autoengendrado e imortal, a fim de que se ganhe coletividade. Simultaneamente, a tradição só pode viver pela sucessão de Eus, que a animam. O ato de narrar histórias implica um narrador, e é esse narrador que se torna capaz de gerar movimento psíquico em outro. A *performance* faz parte das narrativas. Há narrativa, por exemplo, no som dos comerciantes ambulantes, cujos convites que cortam o ar nos põem a par de um campo de experiências de outros tempos, convocando-nos a esperar, a conjecturar nossa ação.

O simples fato de estarem surgindo escolas de contadores de história, campanhas maciças de marketing pelo *storytelling*, muitos projetos sociais ou artísticos de entrevistas, entre outros, é um indício de que sentimos falta de narrativas; há algo sendo denunciado. Não creio, no entanto, que esses formatos acerca de um possível resgate das narrativas – e que poderíamos vagamente chamar de “acadêmicos” ou “letrados” – levem a uma solução satisfatória. Não obstante o seu mérito, principalmente o de denúncia, todas essas frentes têm servido também a um certo modelo de mercado sociocultural que dita regras, espaços, formas e periodicidades. Há, acima de tudo, um modelo que empurra o uso das narrativas para um fim ideológico, ou seja, a que elas se prestem a algo prescrito, a um fato sociocultural ou uma campanha de mercado; estão ocupadas com as regras, com a entrega, com o resultado, com a contribuição social etc. Ao cabo, estão ocupadas em ter verossimilhança, enquanto as narrativas performáticas a que me referia anteriormente buscam uma verdade subjetiva e a criação de signos comuns.

Pelo fato de a narrativa ser “uma forma artesanal de comunicação”, como nos lembra Mara Caffé ao estudar o mesmo tema<sup>23</sup>, ela implica trabalho mais vagaroso, densamente subjetivo, pouco afeito a padronizações e com um alto potencial anárquico – no sentido da não subserviência automática aos imperativos cotidianos.

Assim, com todo esse campo refletido, volto ao início. O sentido clínico da história, evocação que inicia meu movimento teórico, parece ser o de convocar e sustentar um *tempo histórico* no sujeito, com todas suas demandas de ordem individual e coletiva, atuando como um marcador do sujeito no todo e do todo no sujeito. Portanto, da mesma forma deve caminhar a clínica, sempre atenta a esse sentido. Penso que o analista não deve se furtar ou temer certo trabalho de sustentação ou reparação desse *tempo histórico*, que se dará normalmente na convocação do analisando a que o analista compartilhe signos comuns; que o analisando possa ter a experiência de um analista fantasiado não somente no “presente das coisas passadas”, mas também no “presente das coisas presentes”, para usar novamente Santo Agostinho. Ou seja, que sob a ação da transferência, possa o analisando entrar de certa forma em contato com a narrativa histórica do analista, desde seu projeto de mundo e valores privados à sua atuação em esfera pública.

Assim como é ofício do analista ajudar o recorte, a metáfora, a metonímia, a abertura da cadeia significativa, é igualmente trabalho da ética clínica propiciar movimentos de sustentação de uma narrativa histórica que recoloca o sujeito no *tempo histórico*, mesmo que acarrete momentos de síntese e um temporário estancamento da cadeia associativa para recuperação de significados que o ajudem a criar pertencimento a uma tradição. Com sorte, tal gesto clínico poderá conduzir o analisando à recuperação de

significados que o antecederam, ou àqueles atuais, sejam individuais ou coletivos. Retirando o verniz ingênuo e possivelmente alienante, a ideia de história como mestra da vida, posta na clínica psicanalítica, não há de ser uma ideia, assim, tão impertinente e desatualizada.

#### Referências bibliográficas

- Ab'Saber T. (2012). *A música do tempo infinito*. São Paulo: Cosac Naify.
- Agostinho S. (2011). *Confissões*. Petrópolis: Vozes.
- Alonso S.L. (2010). O tempo que passa e o tempo que não passa. *Revista Cult*, ed. 101.
- Bauman Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin W. (1985). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. vol. I.
- Caffé M. (2014). *Crítica à normalização da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Chartier R. (org.) (2009). *História da vida privada, vol. 3 – da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Eliot T.S. (1989). *Ensaio*. São Paulo: Art Editora.
- Fédida P. (1988). *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1899/1972). Los recuerdos encobridores. *Obras completas*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, tomo I.
- Freud S. (1925/1972). El "Block" Maravilloso. *Obras completas*. Trad. Luis Lopez-Ballesteros. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, tomo III.
- Koselleck R. (2012). *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora puc.
- Paz O. (2009). *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva.
- Yeats W.B. (2010). *Collect Poems*. Grã-Bretanha: CRW Publishing.
- Zumthor P. (2014). *Performance, recepção e leitura*. São Paulo: Cosac Naify.

#### The clinical meaning of history

**Abstract** From an analysis of historical time in Freud's metapsychological structure, this paper investigates the clinical sense of the notions of history and historical times as reflected in our era. The author sustains that this era produces the dissolution of narratives and the fragmentation of time, both of which have important effects on us.

**Keywords** Freud; time; history; hystorical times; clinic; narrative.

Texto recebido: 10/2015

Aprovado: 11/2015